

04/agosto/2022

**À: Monte Rodovias S.A.**

À atenção dos Acionistas e Administradores

**Ref.: Relatório sobre as informações trimestrais nº 2281C-028-PB**

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório sobre a revisão de informações trimestrais acompanhado das informações contábeis trimestrais da Monte Rodovias S.A. referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani  
Sócio

# Monte Rodovias S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de junho de 2022



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022	14

# Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

---

**Grant Thornton Auditores  
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da  
**Monte Rodovias S.A.**  
São Paulo - SP

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Monte Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfase

### Procedimentos arbitrais – Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a CBN e a CRA, controladas indiretas da Companhia, são partes de procedimentos arbitrais conduzidos pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerentes o Consórcio Construtor BA-093 e o Consórcio Expressway, que teve como objetivo de dirimir conflitos originados dos contratos de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, com alegação de custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de construção.

Com relação ao processo arbitral movido contra CBN, este encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória.

No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Com relação ao processo arbitral movido contra CRA, em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido. Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Em junho de 2022 o Tribunal Arbitral deferiu a solicitação das partes, de suspensão do procedimento arbitral, para tratativas de negociação de acordo, a qual permanece em andamento.

De acordo com o contrato de compra e venda da CBN e da CRA pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN e à CRA, os vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN e a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é **(ii)** sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(iii)** em caso de decisão favorável à CBN e à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN e CRA. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2022 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2022



Edinilson Attizani  
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Monte Rodovias S.A.

## Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	360	29	99.526	120.394
Contas a receber	9	-	-	14.888	12.823
Tributos a recuperar	-	1	-	5.402	1.166
Despesas antecipadas	-	30	91	2.255	612
Dividendos a receber	-	800	22.000	-	-
Adiantamentos	-	9	-	858	687
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.200</b>	<b>22.120</b>	<b>122.929</b>	<b>135.682</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Fundos restritos	8	-	-	36.622	37.912
Partes relacionadas	-	-	-	9	-
Depósitos judiciais	-	-	-	27.965	27.036
Despesas antecipadas	-	-	-	709	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	6.214	272
Outros ativos	-	-	-	160	153
Investimentos	10	603.569	622.249	7.364	7.363
Imobilizado	-	-	-	4.222	3.995
Intangível	11	-	-	1.360.809	1.376.772
Direito de uso	14	-	-	1.473	5.445
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>603.569</b>	<b>622.249</b>	<b>1.445.547</b>	<b>1.458.948</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>604.769</b>	<b>644.369</b>	<b>1.568.476</b>	<b>1.594.630</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias S.A.

## Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	-	12	4	31.844	14.268
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	25.109	16.917
Debêntures	13	1.393	-	7.822	3.131
Obrigações sociais e trabalhistas	-	24	-	6.587	5.760
Obrigações tributárias	-	13	1	3.713	4.001
Partes relacionadas	25	24	-	-	-
Arrendamentos	14	-	-	984	1.554
Provisão para conserva especial	16	-	-	765	2.833
Outras obrigações	17	-	-	24.532	23.554
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>1.466</u>	<u>5</u>	<u>101.356</u>	<u>72.018</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	641.352	657.368
Debêntures	13	80.426	92.439	273.954	281.337
Arrendamentos	14	-	-	554	5.603
Provisão para contingências	15	-	-	5.688	4.646
Partes relacionadas	25	-	25	-	-
Provisão para conserva especial	16	-	-	12.195	11.258
Outros passivos	17	-	-	10.500	10.500
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>80.426</u>	<u>92.464</u>	<u>944.243</u>	<u>970.712</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
	19				
Capital social		472.264	472.264	472.264	472.264
Reservas de lucros		79.636	79.636	79.636	79.636
Prejuízos acumulados		(29.023)	-	(29.023)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>522.877</u>	<u>551.900</u>	<u>522.877</u>	<u>551.900</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>604.769</u>	<u>644.369</u>	<u>1.568.476</u>	<u>1.594.630</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.



# Monte Rodovias S.A.

## Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		Período de 1 <sup>a</sup> de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1 <sup>a</sup> de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1 <sup>a</sup> de abril a 30 de junho de 2022	Período de 1 <sup>a</sup> de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1 <sup>a</sup> de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1 <sup>a</sup> de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1 <sup>a</sup> de abril a 30 de junho de 2022	Período de 1 <sup>a</sup> de abril a 30 de junho de 2021
Receita líquida de serviços	16	-	-	-	-	112.834	35.906	55.740	35.906
Receita de construção	-	-	-	-	-	22.699	624	7.869	624
Custo dos serviços prestados	21	-	-	-	-	135.533	36.530	63.609	36.530
Custo de construção	-	-	-	-	-	(22.472)	(617)	(7.791)	(617)
		-	-	-	-	38.691	11.785	18.272	11.785
Gerais e administrativas	22	(899)	(475)	(655)	(463)	(30.048)	(17.956)	(15.372)	(17.822)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(18.679)	58.931	(10.015)	59.053	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	82	-	82	412	113.242	305	113.242
		(19.578)	58.538	(10.670)	58.672	9.055	107.071	3.205	107.205
Receitas financeiras	23	2		1	-	6.414	1.073	3.583	1.073
Despesas financeiras	23	(9.447)	(2.762)	(4.256)	(2.762)	(50.434)	(14.584)	(25.229)	(14.584)
		(29.023)	55.776	(14.925)	55.910	(34.965)	93.560	(18.441)	93.694
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	5.942	(37.731)	3.516	(37.731)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>		(29.023)	55.776	(14.925)	55.910	(29.023)	55.776	(14.925)	55.910
<b>Lucro (prejuízo) por ação - em reais</b>		(61,46)	118,10	(31,60)	118,39	(29.023,00)	55.776,00	(14.925,00)	55.910,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e em 31 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2022	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2022	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2021
Lucro (prejuízo) do período	(29.023)	55.776	(14.925)	55.910	(29.023)	55.776	(14.925)	55.910
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<u>(29.023)</u>	<u>55.776</u>	<u>(14.925)</u>	<u>55.910</u>	<u>(29.023)</u>	<u>55.776</u>	<u>(14.925)</u>	<u>55.910</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva de recompra de ações e de investimentos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	1	-	-	-	-	-	(133)	(132)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	1.600	-	1.600
Aumento de capital em 26 de abril de 2021		100.627	-	-	-	(1.600)	-	99.027
Aumento de capital em 28 de abril de 2021		370.437	-	-	-	-	-	370.437
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	400	-	400
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período		-	-	-	-	-	55.776	55.776
Constituição de reserva		-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 30 de junho de 2021</b>		471.065	-	-	-	400	55.643	527.108
Aumento de capital		1.200	-	-	-	-	-	1.200
Constituição de reserva		-	3.289	18.980	-	-	-	22.269
Destinação de reservas estatutárias		-	-	-	56.674	-	-	56.674
Lucro (prejuízo) líquido do período		-	-	-	-	-	23.992	23.992
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		472.264	3.982	18.980	56.674	400	79.635	631.935
Lucro (prejuízo) líquido do período		-	-	-	-	-	(29.023)	(29.023)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 30 de junho de 2022</b>	19	472.264	3.982	18.980	56.674	400,00	50.612	602.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		Seis meses findos em		Seis meses findos em	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(29.023)	55.776	(34.965)	93.560
<b>Ajustes</b>					
Margem de construção		-	-	(227)	(7)
Depreciação e amortização	11	-	-	39.929	14.747
Juros e variações monetárias, líquidas	-	9.382	2.337	48.608	12.006
Provisão para contingências	15	-	-	1.042	1.452
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	9	-	-	146	(18)
Provisão para conserva especial	16	-	-	(1.130)	628
Baixa do imobilizado e intangível	-	-	-	(30)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	18.679	(58.931)	-	-
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	(113.242)
<b>Resultado ajustado das operações</b>		<b>(962)</b>	<b>(818)</b>	<b>53.373</b>	<b>9.126</b>
<b>Variação dos ativos e passivos</b>					
Contas a receber	9	-	-	(2.212)	326
Despesas antecipadas	-	61	-	(2.350)	546
Tributos a recuperar	-	-	-	(4.238)	(234)
Depósitos judiciais	-	-	-	(929)	(248)
Adiantamentos	-	(9)	-	(169)	-
Outros ativos	-	-	-	(7)	213
Fornecedores	-	6	325	17.576	3.982
Obrigações tributárias	-	12	-	(288)	647
Obrigações sociais e trabalhistas	-	24	27	827	(116)
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(82)	-	-
Partes relacionadas	-	-	(51)	-	(51)
Outras obrigações	-	-	-	978	(3.293)
		(868)	(599)	62.561	10.898
Juros pagos		(8.296)	-	(39.245)	(7.826)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(9.164)</b>	<b>(599)</b>	<b>23.316</b>	<b>3.072</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Investimentos realizados		-	(81.972)	-	(77.222)
Dividendos recebidos		21.200	-	-	-
Aplicação financeira		-	-	-	296
Contas vinculadas		-	-	-	(8.084)
Adições ao intangível	11	-	-	(19.439)	(821)
Adições líquidas ao imobilizado		-	-	(526)	(96)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos</b>		<b>21.200</b>	<b>(81.972)</b>	<b>(19.965)</b>	<b>(85.927)</b>

# Monte Rodovias S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		Seis meses findos em		Seis meses findos em	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Amortização de financiamentos e debêntures	12/13	(11.705)	-	(19.723)	(5.665)
Partes relacionadas	-	-	-	(9)	-
Aumento de capital	-	-	1.600	-	1.600
Adiantamento para futuro aumento de capital recebidos	-	-	400	-	400
Utilização (adição ao) do fundo restrito	-	-	-	1.290	(179)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-
Captação/Baixas de arrendamento	14	-	-	(5.777)	(463)
Captação de empréstimos e financiamentos	12/13	-	80.605	-	80.605
<b>Caixa líquido consumido pelas das atividades de financiamentos</b>		<u>(11.705)</u>	<u>82.605</u>	<u>(24.219)</u>	<u>76.298</u>
Efeito de caixa das empresas adicionadas na consolidação		-	-	-	59.005
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	-	<u>331</u>	<u>34</u>	<u>(20.868)</u>	<u>52.448</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	7	<u>29</u>	<u>1</u>	<u>120.394</u>	<u>12</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	7	<u>360</u>	<u>35</u>	<u>99.526</u>	<u>52.460</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Monte Rodovias S.A.

## Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 30 de junho de 2022 e em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021
<b>Receitas</b>				
Receita de serviços	-	-	123.523	39.359
Receita de construção ICPC 01-R1	-	-	22.699	624
Perda efetiva do contas a receber	-	-	-	-
	-	-	146.222	39.983
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais, energia e outros	(3)	-	(537)	119
Custo de construção ICPC 01-R1	-	-	(22.472)	(618)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(236)	(475)	(27.235)	(19.761)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(239)</b>	<b>(475)</b>	<b>95.978</b>	<b>19.723</b>
Depreciação e amortização	-	-	(39.930)	(14.747)
Apropriação de seguros	(76)	-	(1.336)	(802)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(315)</b>	<b>(475)</b>	<b>54.712</b>	<b>4.174</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	2	-	6.415	1.073
Resultado de Equivalência Patrimonial	(18.679)	59.013	-	-
Outros	-	-	412	113.242
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(18.992)</b>	<b>58.538</b>	<b>61.539</b>	<b>118.489</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>	<b>456</b>	<b>-</b>	<b>25.917</b>	<b>6.075</b>
Remuneração direta	420	-	19.443	3.612
Benefícios	36	-	5.495	2.227
FGTS	-	-	979	236
Outros	-	-	-	-
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>9.472</b>	<b>41.382</b>
Federais	108	-	3.058	39.330
Estaduais	-	-	29	-
Municipais	-	-	6.385	2.052
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>9.467</b>	<b>2.762</b>	<b>55.173</b>	<b>15.256</b>
Juros	9.448	2.762	50.339	14.582
Aluguéis	19	-	582	(159)
Outras	-	-	4.252	833
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(29.023)</b>	<b>55.776</b>	<b>(29.023)</b>	<b>55.776</b>
Prejuízo do período	(29.023)	55.776	(29.023)	55.776
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(18.992)</b>	<b>58.538</b>	<b>61.539</b>	<b>118.489</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social foi alterada para Monte Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Monte Rodovias”).

A Monte Rodovias tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), conforme descrito na Nota Explicativa no 16. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



## 1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

### a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

### b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Foi agendada prolação de sentenças de liquidação para o dia 09 de julho de 2022. Após a sentença as partes terão prazo para eventual pedido de esclarecimento. Em junho de 2022, o Tribunal Arbitral deferiu a solicitação das partes, de suspensão do procedimento arbitral, com efeito até 28 de julho, para tratativas de negociação de acordo.”

## 2. Resumo das principais práticas contábeis

### 2.1. Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) (Deliberação CVM 673/11) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das Informações contábeis individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

Conforme permitido pela NBC TG 21 (R4) (Deliberação CVM 673/11) e com base nas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 003/2011, a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das informações contábeis individuais e consolidadas anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas informações contábeis individuais e consolidadas anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as Informações contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de agosto de 2022.

### 2.2. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de “Grupo”).

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as seguintes entidades:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no
			capital social (%)
			30/06/2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00

A Companhia adquiriu suas Controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 30 de junho de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas.

### 2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

### 2.4. Novas normas e interpretações

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

## 3. Combinação de negócios na controlada

### **Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
<b>Ativos</b>	<b>984.203</b>	<b>84.286</b>	<b>282.522</b>	<b>119.413</b>	<b>52.486</b>	<b>45.708</b>	<b>1.103.616</b>	<b>136.772</b>	<b>328.230</b>
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
<b>Passivos</b>	<b>(740.544)</b>	<b>(46.174)</b>	<b>(217.865)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(740.544)</b>	<b>(46.174)</b>	<b>(217.865)</b>
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos</b>	<b>243.659</b>	<b>38.112</b>	<b>64.658</b>	<b>119.413</b>	<b>52.486</b>	<b>45.708</b>	<b>363.072</b>	<b>90.598</b>	<b>110.366</b>
<b>Total da contraprestação</b>							<b>370.436</b>	<b>41.671</b>	<b>46.051</b>
<b>Ágio (goodwill)</b>							<b>7.363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganho por compra vantajosa</b>							<b>-</b>	<b>48.927</b>	<b>64.315</b>

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11;
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*; e
- (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o reperfilamento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.

## 4. Instrumentos financeiros

### 4.1. Ativos financeiros

#### **Classificação**

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

#### **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

### 4.2. Passivos financeiros

#### **Classificação**

A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

#### **Reconhecimento e mensuração**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## 5. Gestão de risco financeiro

### 5.1. Fatores de risco financeiro

#### **a) Considerações gerais**

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

**b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

**c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

**d) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

**e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação**

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela abaixo demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 30 de junho de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% a.a.	438	295	166	45
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% a.a.	1.953	1.706	1.495	6.459
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% a.a.	843	725	624	2.203
Desenhahia-CBN	CDI + 3%	2.390	1.614	882	352
Debêntures - CRC	CDI + 3,95%	5.703	4.322	2.852	2.300
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	22.976	20.525	18.809	166.039
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% a.a.	13.624	12.467	11.496	46.875

## Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

### (i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

### (ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,2%	6,5%	6,2%	5,8%	5,6%	5,6%
CDI (*)	12,4%	12,7%	9,6%	8,8%	7,8%	7,8%
IPCA (*)	7,3%	5,6%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%

(\*) Fonte: Itaú BBA Julho/2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	6,14%	7,67%	9,21%
CDI (*)	9,86%	12,32%	14,79%
IPCA (*)	4,22%	5,27%	6,33%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	438	504	568
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	843	982	1.119
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	1.953	2.276	2.595

**(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenhahia - CBN	2026	Alta do CDI	2.390	2.837	3.272
Debêntures - CRC	2026	Alta do CDI	5.703	6.703	7.679

**(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA**

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	13.624	14.994	16.363
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	22.976	26.074	29.049

As administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de junho de 2022.



## 5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Notas	Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	12	666.461	674.285
Debêntures	13	281.776	284.468
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(99.526)	(120.394)
(-) Fundos restritos	8	(36.622)	(37.912)
<b>Dívida líquida</b>		<b>812.089</b>	<b>800.447</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>522.877</b>	<b>551.900</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>		<b>1.334.966</b>	<b>1.352.347</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>39%</b>	<b>41%</b>

## 5.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Notas	Consolidado	
		Mensurados ao custo amortizado	
		30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>			
Caixa e equivalente de caixa	7	99.526	120.394
Fundos restritos	8	36.622	37.912
Contas a receber	9	14.888	12.823
Outros ativos	-	160	153
<b>Total</b>		<b>151.196</b>	<b>171.282</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	666.461	674.285
Debêntures	13	281.776	284.468
Fornecedores	-	31.843	14.269
Arrendamentos	14	1.537	7.157
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	17	35.033	34.053
<b>Total</b>		<b>1.016.650</b>	<b>1.014.232</b>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	5	18	8.513	14.081
Aplicações financeiras (a)	355	11	91.013	106.313
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>29</b>	<b>99.526</b>	<b>120.394</b>

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 7. Fundos restritos

Em 30 de junho de 2022, o saldo de R\$ 36.622 (R\$ 37.912 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 12), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

## 8. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	12.561	11.673
Vale-pedágio	889	418
Demanda de risco	-	-
Receitas acessórias	1.604	852
Outros	102	-
(-) Perda estimada para perda com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(267)	(120)
<b>Total</b>	<b>14.888</b>	<b>12.823</b>

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Movimentação da PECLD	Consolidado
	30/06/2022
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>120</b>
(+) Adições	147
(-) Baixas	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>267</b>

## 9. Investimentos

	Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021
Verona	603.569	622.249

### a) Informações acerca das investidas:

	30/06/2022					Resultado do período
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Verona	551.286.324	100	653.677	50.107	603.569	(18.680)
CRC	26.150.154	100	82.224	47.515	34.709	(1.588)
CRA	141.438.908	100	281.713	218.115	63.598	(63.158)
CBN	367.759.706	100	1.002.381	738.232	264.150	(24.481)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Aumento de capital	Saldo em 30/06/2022
Verona	100%	622.249	-	(18.680)	-	-	603.569

## 10. Intangível

	Consolidado			
	30/06/2022	31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<b>Intangível em infraestrutura</b>				
Direito de concessão - mais valia	217.608	(7.906)	209.702	211.887
Edifícios e instalações	176.084	(42.099)	133.984	136.820
Direito de concessão de serviços públicos	433.670	(103.857)	329.813	337.587
Pavimentações	824.729	(292.571)	532.158	555.018
Hardware e equipamentos de pedágio	35.351	(16.504)	18.847	19.754
Desapropriações	53.882	(8.938)	44.944	46.064
Máquinas e equipamentos	16.411	(9.736)	6.675	7.074
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(10.181)	36.829	38.698
Móveis e utensílios	521	(340)	181	207
Obras em andamento	41.017	-	41.017	16.948
<b>Total</b>	<b>1.846.284</b>	<b>(492.132)</b>	<b>1.354.150</b>	<b>1.370.057</b>
<b>Outros intangíveis</b>				
Softwares	3.557	(1.544)	2.013	2.069
Marcas e patentes	46	-	46	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4600	-	4.600	4.600
<b>Total</b>	<b>8.203</b>	<b>(1.544)</b>	<b>6.659</b>	<b>6.715</b>
<b>Total</b>	<b>1.854.487</b>	<b>(493.676)</b>	<b>1.360.809</b>	<b>1.376.772</b>

### Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	Consolidado
	30/06/2022
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.376.772</b>
(+) Adições	23.912
(-) Baixas	(30)
(-) Amortizações	(39.390)
(+/-) Transferências	(455)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>1.360.809</b>

## 11. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
				30/06/2022	31/12/2022
CBN (i)	2032	R\$	10% a.a.	242.092	243.996
CBN (ii)	2035	R\$	8,24% a.a.	183.281	184.507
CBN (iii)	2033	R\$	2,94% a.a.	170.297	171.456
CBN (iv)	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	4.799	5.427
CBN (v)	2034	R\$	TJLP + 3% a.a.	9.320	31.412
Desenbahia (vi)	2031	R\$	10% a.a.	18.151	19.404
CBN	2026	R\$	DI + 3% a.a.	18.476	19.223
Desenbahia	-	R\$	TJLP + 3% a.a.	21.484	
Custos de captação e estruturação	-	R\$	-	(1.439)	(1.140)
<b>Total</b>				<b>666.461</b>	<b>674.285</b>
Passivo circulante	-	-	-	25.109	16.917
<b>Passivo não circulante</b>	-	-	-	<b>641.352</b>	<b>657.368</b>

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; e

(vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

**a) Custo de captação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

**b) Garantias**

(i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

**c) Cláusula restritivas (“covenants”)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 30 de junho de 2022.

Movimentação	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>674.285</b>
(+) Captação	-
(+) Juros incorridos	21.319
(-) Juros pagos	(22.592)
(-) Amortizações	(6.251)
(+/-) Custo da transação	(300)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>666.461</b>

Em 30 de junho de 2022, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2022	9.084
2023	42.748
2024	49.880
2025	51.627
2026	52.245
2027 em diante	460.877
<b>Total</b>	<b>666.461</b>

## 12. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					30/06/2022	31/12/2021
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a.	81.819	92.439
Debêntures IPCA - 12431 (ii)	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	169.395	160.000
Debêntures CDI (iii)	CRC	2027	R\$	CDI + 3,95%	40.000	40.000
Custos de captação e estruturação					(9.438)	(7.971)
<b>Total</b>					<b>281.776</b>	<b>284.468</b>
Passivo circulante					7.822	3.131
<b>Passivo não circulante</b>					<b>273.954</b>	<b>289.308</b>

- (i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora (“Companhia”) e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora (“Companhia”) e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);
- (ii) Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 06 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) à Emissora nos termos **(i)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e **(ii)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 02 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos (“Dívidas BNB”), e **(b)** para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da (“Companhia”).
- (iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: **(i)** o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

#### Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 30 de junho de 2022.

- i) Na CRC os índices financeiros medidos anualmente são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado, Dívida Bruta máxima e Caixa mínimo foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021.
- ii) Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

Movimentação	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>92.440</b>	<b>284.468</b>
(+) Captação	-	-
(+) Juros incorridos	9.380	27.132
(-) Juros pagos	(8.296)	(16.653)
(-) Amortizações	(11.705)	(11.705)
(+/-) Custos da transação	-	(1.466)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>81.819</b>	<b>281.776</b>

#### Prazos de vencimento

2022	3.331
2023	11.493
2024	19.542
2025	28.040
2026	33.615
2027 em diante	185.755
<b>Total</b>	<b>281.776</b>

### 13. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos.

**Direito de uso (ativo)**

Direito de uso	<b>Consolidado</b>
Movimentação	<b>30/06/2022</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.445</b>
(+) Adições	1.114
(-) Amortizações	(1.118)
(-) Baixas	(4.710)
(-/+ Transferências	742
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>1.473</b>

**Arrendamento (passivo)**

Arrendamento	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Passivo circulante	984	1.554
Passivo não circulante	554	5.603
<b>Total</b>	<b>1.538</b>	<b>7.157</b>

Movimentação	<b>Consolidado</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.157</b>	
(+) Adições	1.114	
(+) Apropriação de juros	157	
(-) Baixas	(6.891)	
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>1.538</b>	

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,49% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	<b>Passivo de arrendamento</b>
	<b>Consolidado 30/06/2022</b>
<b>Fluxo real</b>	
Passivo de arrendamento	1.538
Despesa financeira	157
<b>Fluxo inflacionado</b>	
Passivo de arrendamento	1.560
Despesa financeira	158

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.



## 14. Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2022, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeriram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	4.976	4060
Trabalhistas	523	586
Tributárias	19	-
Outras	170	-
<b>Total</b>	<b>5.688</b>	<b>4.646</b>

Movimentação	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.060</b>	<b>586</b>	-	-
(+) Adições	916		19	170
(-) Baixas		(63)		
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>4.976</b>	<b>523</b>	<b>19</b>	<b>170</b>

## 15. Provisão para conserva especial

Em 30 de junho de 2022, o Grupo apresentava saldo de R\$ 765 no passivo circulante e R\$ 12.195 no passivo não circulante, totalizando R\$ 12.961 (R\$ 14.091 em 31 de dezembro de 2021), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

- (i) R\$ 9.692 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente aos últimos 05 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses;
- (ii) R\$ 2.503 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses; e
- (iii) R\$ 765 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

## 16. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cotas de FIDC a pagar (a)	-	-	18.134	18.134
Contribuição ao fundo socioambiental (b)	-	-	808	789
Outras obrigações (c)	-	-	5.589	4.631
<b>Total</b>	-	-	<b>24.532</b>	<b>23.554</b>

- (a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021;

- (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e
- (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

## 17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal e base negativa	-	42.435	-	36.151
Diferenças temporárias (a)	-	2.280	-	2.622
Ganho por compra vantajosa	-	(38.502)	-	(38.502)
<b>Ativo diferido, líquido</b>	<b>-</b>	<b>6.214</b>	<b>-</b>	<b>272</b>

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro abaixo:

Prazos de vencimento	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2022	-	926	1.075	2.002
2023	513	1.392	3.874	5.779
2024	850	1.974	5.893	8.717
2025	1.265	2.648	7.123	11.036
2026 em diante	90	8.796	6.017	14.903
<b>Total</b>	<b>2.717</b>	<b>15.735</b>	<b>23.983</b>	<b>42.435</b>

### Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022		Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>29.022,71</b>	<b>(34.965)</b>	-	<b>93.559</b>
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	9.867,72	6.022	-	-
Subvenções do lucro da exploração	-	-	-	-
Adições/ exclusões permanentes	-	(80)	-	-
Adições/ exclusões temporárias	-	1.217	-	(38.502)
Outras adições/exclusões	-	-	-	771
IR e CSLL correntes constituídos no período	-	-	-	(53)
IR e CSLL diferidos constituídos no período	-	5.942	-	(37.731)
<b>Total de IR e CSLL no resultado</b>	<b>-</b>	<b>5.942</b>	<b>-</b>	<b>(37.784)</b>

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações).

Em 22 de novembro de 2020, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado com a mesma quantidade de ações (1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 1.600. Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do AFAC realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400.

Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante a integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4).

Em 09 de julho de 2021, foram subscritas 1.200.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.200, as quais foram totalmente integralizadas, parte delas como conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400.

### b) Reservas legal e de lucros

i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) Em 30 de junho de 2022, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 79.635.

## 19. Receitas

	Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Receitas de pedágio	119.418	37.768
Demanda de risco	1.249,17	345,00
Receitas acessórias	2.875	1.249
Impostos e contribuição sobre serviços	(10.689)	(3.456)
Outras deduções	(19)	-
Receita líquida de serviços	112.834	35.906
Receita de construção	22.699	624
<b>Receita líquida</b>	<b>135.533</b>	<b>36.530</b>

## 20. Custos

	Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Custos de pessoal	(17.265)	(4.298)
Serviços de terceiros	(11.615)	(3.285)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.349)	(902)
Gastos gerais	(4.017)	(2.009)
Provisão de conserva especial	(1.842)	(350)
Depreciação e amortização	(37.282)	(13.284)
Custos dos serviços prestados	(74.370)	(24.128)
Custos de construção (a)	(22.472)	(617)
<b>Total</b>	<b>(96.842)</b>	<b>(24.745)</b>

(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

## 21. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de pessoal	(12.852)	(2.610)
Serviços de terceiros	(6.561)	(11.517)
Materiais, equipamentos e veículos	(550)	-
Gastos gerais	(7.438)	(2.363)
Depreciação e amortização	(2.647)	(1.466)
<b>Total</b>	<b>(30.047)</b>	<b>(16.572)</b>

## 22. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Descontos obtidos	42	(3)
Rendimentos de aplicação financeira	5.859	545
Juros de contratos de mútuo ativos	-	275
Atualização monetária ativa	-	254
Outras receitas financeiras	513	1
<b>Receitas financeiras</b>	<b>6.414</b>	<b>1.072</b>
Juros de empréstimos e financiamentos	(21.319)	(10.926)
Juros de debêntures	(27.133)	(2.336)
Juros de contratos de mútuo passivos	-	-
Juros de contratos de arrendamento	(137)	(17)
Atualização monetária passiva	-	-
Outras despesas financeiras	(1.845)	(1.304)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(50.434)</b>	<b>(14.583)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(44.020)</b>	<b>(13.511)</b>

## 23. Prejuízo por ação

	30/06/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(29.023)	(29.023)	(134)	(134)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264	1	1
<b>Prejuízo por ação - em reais</b>	<b>(61,46)</b>	<b>(61,46)</b>	<b>(134,26)</b>	<b>(134,26)</b>

O Prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

## 24. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 24 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 800 de dividendos a receber de sua controlada Verona (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2021).

### Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 30 de junho 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 7.721 (R\$ 1.996 em 30 de junho de 2021), referente à remuneração dos administradores. Em 31 de março de 2021, a Companhia ainda não consolidava nos seus resultados os investimentos realizados pela sua controlada direta Verona, que ocorreram em abril de 2021.

## 25. Contratos

### a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

**b) Contrato de concessão – CRC**

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

**c) Contrato de concessão – CRA**

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

## 26. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
<b>Vigência</b>					
Monta Rodovias	-	-	Agosto de 2022	-	-
CBN	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Agosto de 2022	Agosto de 2022	Setembro de 2022
CRC	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Agosto de 2022	Maio de 2022	Setembro de 2022
CRA	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022	Agosto de 2022	Maio de 2022	
<b>Cobertura</b>					
Monte Rodovias	-	-	40.000	-	-
CBN	250.000	40.000	40.000	39.484	110% tabela FIPE
CRC	100.000	40.000	40.000	679	1.000
CRA	140.500	40.000	20.000	37.035	

## 27. Eventos subsequentes

### Procedimento arbitral – CRA

Em junho de 2022, o Tribunal Arbitral deferiu a solicitação das partes, de suspensão do procedimento arbitral, com efeito até 28 de julho, para tratativas de negociação de acordo. Findado o prazo inicial, a CRA protocolou novo pedido junto ao Tribunal Arbitral requerendo a prorrogação da suspensão do procedimento por mais 10 dias úteis.

### Debêntures incentivadas – CRC

Em 12 de julho de 2022, as Debêntures emitidas da CRC receberam o título de debêntures incentivadas, emitido pelo Ministério da Infraestrutura/Secretaria de Fomento através da Portaria nº 872, o que vai favorecer a Companhia em um benefício fiscal de Imposto de Renda.

\* \* \*